

Ata da 25ª Sessão Ordinária no 2º Período do 23º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 8 de Setembro de 2015.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e quinze, sob a presidência do Vereador **André de Azeredo Dias**, realizou-se a *Vigésima Quinta Sessão Ordinária no Segundo Período do Vigésimo Terceiro Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim*. Dando início à reunião, o senhor **Presidente** convidou os Vereadores Rosalvo de Vasconcellos Domingos e Claudio Vicente Vilar a assumirem, respectivamente, as funções de Primeiro e Segundo Secretários, e pediu a este que fizesse a chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se as ausências de Alcione Barbosa Tavares, Rizê da Silva Silvério e Marina Pereira da Rocha, esclarecendo que estes se encontravam à disposição desta Casa. Logo após, colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior, que, não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi aprovada por unanimidade. Após, pediu ao Primeiro Secretário que fizesse a leitura dos documentos constantes do *EXPEDIENTE*, a saber: OFÍCIO: - n.º 142/15, do **Poder Executivo**; PROJETO DE LEI: - n.º 1098/15, de autoria do **Poder Executivo**; INDICAÇÕES: - n.ºs 522, 523, 524, 525, 526, 527 e 528/2015, de autoria do ver. **Alcione Barbosa Tavares**; - n.ºs 529 e 530/15, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**. A seguir, o Sr. **Presidente** antes de passar a palavra aos Senhores Vereadores, informou aos fiscais presentes o teor do Ofício encaminhado pelo Sr. Prefeito Marcos Aurélio àquela Casa de Leis, fazendo a leitura do texto do Ofício 153/15: “Solicita a suspensão e devolução do Projeto de Lei 1090 de 20 de Junho de 2015, para submetê-lo à análise do Secretário Municipal de fazenda, de acordo com o parágrafo primeiro, do artigo 173, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guapimirim.” Continuando, disse que a título de informação aos fiscais acerca do Projeto de Lei que vinha tramitando naquela Casa, assinalou que após a convocação do Secretário de Fazenda, o Prefeito Municipal tinha considerado por bem pedir sua devolução, a fim de que o mesmo fosse analisado pelo próprio Secretário Municipal de Fazenda. Logo após, passou a palavra aos Senhores Vereadores. Com a **palavra**, o Vereador **Claudio Vicente Vilar** pediu mais uma vez aos seus amigos Vereadores, para que pudessem reunir-se com o Prefeito e o Secretário de Educação, a fim de verificarem o que estava acontecendo com a merenda das escolas, porque eles, os Vereadores, não podiam deixar aquela situação como estava. Afirmou que não se sabia se fora problema de licitação, mas que precisavam dar uma solução, porque eles estavam tratando de crianças, e que muitas delas estavam indo à escola para se alimentar, e quando lá chegavam encontravam toda aquela dificuldade. Assim, pediu aos amigos daquela Casa que retomassem àquela questão e agendassem uma reunião com o Sr. Prefeito e, também, com o Secretário de Educação. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e disse que vinha acompanhando a luta de cada um dos nobres Edis daquela Casa.

Quanto à questão da merenda escolar, comunicou que o Secretário de Educação já havia sido convocado a prestar esclarecimentos naquela Casa de Leis, por meio da Comissão Permanente de Educação, a qual a Vereadora Rizê presidia. Entretanto, naquele dia ela não podia estar presente por motivo de saúde, mas que em breve o Secretário estaria naquela Casa para prestar todas as informações referentes à merenda escolar. Terminado o Expediente, e não havendo quem quisesse fazer o uso da palavra. Deu-se início à ORDEM DO DIA. Em pauta, **Requerimento n.º 024/15**, de autoria do ver. **Fernando Amaro Garcia**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **Pedido de Urgência** feito pelo **Poder Executivo**, através do Ofício nº142/15, para votação do Projeto de Lei nº1098/15, de sua autoria. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o Pedido de Urgência foi **aprovado** por unanimidade. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1098/15**, de autoria do **Poder Executivo**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o projeto de lei foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão quando eram onze horas e cinquenta e cinco minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, **Rosalvo de Vasconcellos Domingos**, _____, Primeiro Secretário, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais Vereadores.